

# **AÇÕES CULTURAIS E POLÍTICAS FEMINISTAS: A “FEDERAÇÃO GOYANA PELO PROGRESSO FEMININO” - UM EFEITO MÚLTIPLO DA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES EM GOIÁS (SÈC. XIX – XX)**

Maria Meire de CARVALHO\*

Thiago SANT’ANNA\*\*

## **RESUMO**

Com o objetivo de dar visibilidade a uma documentação impressa e manuscrita da “Federação Goyana pelo Progresso Feminino”, pertencente ao Arquivo do Gabinete Literário da Cidade de Goiás, este artigo propõe, dentro dos seus limites, fazer uma leitura interpretativa das atividades de mulheres naquele espaço. O acervo documental ali existente é relevante para as discussões no que tange: a História de Goiás, o feminismo goiano e as conquistas dos direitos políticos de mulheres. Atentar para estas experiências, implica devassar campos da linguagem, como também práticas e representações culturais, que desvelam as múltiplas atuações das mulheres no processo histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero – Cultura – Política - Goiás - Linguagem.

## **Gabinete literário goiano: o despertar cultural e intelectual na cidade de goiás**

Apesar da escassez de referências ao termo “feminismo” e “feministas” para designação da luta de mulheres goianas em prol da ampliação dos seus espaços de sociabilidade, não obstante a rarefação quanto à circulação destes discursos nos *goyazes*, não deixam as práticas destas mulheres, voltadas para o “progresso feminino”, sinalizar uma atuação feminista no cenário goiano na transição dos séculos XIX para o XX. São destas atuações, mediante a interpretação que propomos fazer delas, que vamos falar a partir da documentação produzida no Gabinete Literário.

Criado em 10 de abril de 1864, o Gabinete Literário da Cidade de Goiás teve como objetivo principal organizar um ponto de encontro para os intelectuais vilaboenses. Dessa forma, tornou-se palco de manifestações culturais do final do século

---

\* Doutoranda em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unu *Cora Coralina*, Cidade de Goiás.

\*\* Doutorando em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do curso de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Estadual de Goiás – UnU *Cora Coralina* - Goiás.

XIX até meados do século XX. Intelectuais ali se reuniam para recitar poesias, apreciar literatura, discutir assuntos políticos e sócio-culturais do Brasil, de Goiás e da Cidade de Goiás.

As atividades ali praticadas encontraram respaldo no meio das elites intelectuais goianas junto a outros ambientes de promoção do ambiente cultural como o Teatro São Joaquim<sup>1</sup>. Peças teatrais, encontros musicais e artísticos, discursos políticos e poesia impulsionaram a Cidade de Goiás, capital da província, em direção ao “novo”, aos costumes civilizados, tão propalados pelo projeto de modernização oitocentista<sup>2</sup>. Junto ao Teatro, o Gabinete deixava marcas na história ao revelar que, a capital não estava tão distante do “centro” como os viajantes do século XIX ressaltaram.

Assim, a inscrição das elites intelectuais goianas nestas atividades de promoção da cultura goiana, implicou a aquisição de novas linguagens e novas práticas culturais ao construir outras percepções do mundo em que viviam por parte de mulheres goianas que acompanharam os encontros no Gabinete Literário. Não mais restritas a casa e a Igreja, como escreveu Saint-Hilaire (1975, p.24) no início do século, elas passaram a ocupar outros espaços de sociabilidade.

Analisar práticas e representações das mulheres no cenário goiano, nos remete ao campo da “cultura”, entendida na acepção de Sandra Jatahy Pesavento (2003,p.15) como “um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens [e pelas mulheres] para explicar o mundo”. Trata-se, portanto, de uma forma de expressão. Continuando com a autora, esclarecemos que a

[...] tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa. (PESAVENTO, 2003, p.15)

Como conjunto de “significados partilhados e construídos” pelas pessoas, individual e coletivamente, a cultura é uma rede que atravessa a sociedade, o “todo social”, tornando fronteiriças as rígidas demarcações até então feitas entre o

---

<sup>1</sup> Sobre as atividades culturais praticadas no Teatro São Joaquim no final do século XIX, ver: SANT'ANNA, Thiago. *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas. (1870-1888)* (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

<sup>2</sup> Sobre o projeto de modernização implementado pelas elites brasileiras no final do século XIX e início do século XX, ver: MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O Império, o piano e o ensino da “miserável música” em Minas Gerais do século XIX. In: COSTA, Cléria Botelho & MACHADO, Maria Salete Kern (orgs.). *Imaginário e história*. Brasília: Paralelo, 1999.

popular/erudito, o privado/público, o econômico/social/político. Daí, nossa preocupação em atentar para as representações que estas mulheres construam da realidade a partir das suas práticas e das linguagens adotadas. Vale ressaltar que entendemos a “linguagem” como a capacidade social de significar na mediação necessária entre as pessoas e a realidade (ORLANDI, 2002), no caso, a vivida pelas mulheres goianas no Gabinete Literário e na “Federação Goyana pelo Progresso Feminino”.

Inicialmente, no ato de fundação do Gabinete Literário, os associados contribuíram com uma quantia de \$ 5.000 (cinco mil réis) de entrada e \$1.000 (um mil réis) mensais, destinados para as despesas e compras de livros, jornais e revistas. Provavelmente, para estarem informados sobre as novidades do Rio de Janeiro e do exterior, como a França e Inglaterra, países de referência cultural naqueles anos. Sobre a presença de mulheres naquele ambiente, o estatuto reconhecia a sua importância salientando: “as senhoras que forem sócias do Gabinete, e não puderem vir, não quiserem concorrer pessoalmente às sessões podem fazerem-se representar por uma terceira pessoa expressamente autorizada para isso”. (Revista do IHGG, 1982, n.10)

Percebe-se aqui que as mulheres podiam ser sócias do Gabinete bem como manipular os meios legítimos, talvez legais, de se fazerem representar. No entanto, existia a ressalva de uma possível ausência das sócias nas reuniões, devido às condições externas da sua vida (“não puderem vir”) ou possivelmente internas e pessoais (“não quiserem”).

Quatro anos mais tarde, 1868, o Gabinete viveu sua primeira crise. Por falta de recursos ficou fechado por três anos, reabrindo suas portas em 1871, sob a direção de Francisco Antônio de Azevedo (que ficou à frente do Gabinete por aproximadamente quinze anos). Nesse período, conseguiu organizar o acervo documental do local.

Em 1904, a sala do Lyceu de Goiás passou a abrigar a sede do Gabinete, que não mais comportava seu acervo, momento no qual se propôs a construção de um prédio próprio para sediar a instituição. O prédio foi construído entre a cadeia e a Rua Nova do Presidente e foi entregue aos seus sócios em 1908. Pouco tempo depois a sede foi vendida e compraram uma sala na confluência das ruas Couto Magalhães e 13 de Maio, onde permanece até os dias atuais. Enfim, o remanejamento da sede traduziu as atenções das autoridades voltadas ao desenvolvimento intelectual goiano, assim como nutriu às expectativas da sociedade quanto à melhor guarda do acervo do Gabinete.

No ano de 1929, o Gabinete Literário passou por uma de suas maiores crises, havendo poucos sócios e sócias e uma diretoria indiferente. Por outro lado, nesse período, na Cidade de Goiás, um grupo de mulheres se destacava na poesia, na oratória, no jornalismo e no magistério. Exemplo disso foram as publicações dos jornais “O Lar” e “O Lírio”, que circularam na capital sob o comando de mulheres, no qual elas defendiam o funcionamento do Gabinete Literário como instituição cultural de importância reconhecida na capital. E, para solucionar o problema da crise vivida pelo Gabinete, Antônio Ramos Caiado, o Totó Caiado, propõe uma idéia: uma diretoria composta exclusivamente por mulheres, justificando que “elas teriam mais tempo e entusiasmo para esse serviço (não remunerado) do que os homens, que ocupados com outras tarefas, davam pouca atenção ao Gabinete” (BRETAS, 1991).

Inscrita nas convenções de gênero daquela época, que significava socialmente o que era “a verdadeira mulher”, ao associar o feminino ao trabalho não remunerado e que agora possuía mais tempo, contradizendo com a previsão das possíveis faltas das sócias às sessões, em 1929, a nova diretoria do Gabinete Literário foi eleita: Presidente: Consuelo de Ramos Caiado; Vice-Presidente: Anita Perilo; 1ª. Secretária: Noeme Lisboa de Castro; 2ª. Secretária: Maria Carlota Guedes de Amorim; Tesoureira: Argentina Remigio Monteiro; Oradora: Geney de Castro Artiaga e Florecy Artiaga.

A diretoria feminina deu um impulso ao Gabinete Literário, angariando fundos e novos(as) sócios(as), aumentando a renda ordinária. Nesse período promoveram reuniões, várias palestras, conferências e sessões lítero-musicais. Tratava-se, portanto de uma efervescência cultural no ambiente goiano, voltado para adoções de padrões culturais inovadores.

À convite da nova diretoria, nomes representativos da política goiana realizaram palestras e sessões literárias, dentre eles: Alfredo Nasser, Vasco dos Reis, Jubé Júnior, Floraci Artiaga, Colemar Natal e Silva, Maria Augusta Rocha Lima e outros(as). Não há como negar que um impulso intelectual e artístico esteve ligado à ascensão de mulheres na direção do Gabinete Literário. Em um momento de divulgação de novos costumes, percepções, representações e práticas sociais, resultantes de um processo de modernização dos comportamentos, a ampliação dos espaços de sociabilidade, de circulação e de atuação das mulheres tornou-se condição para a inscrição delas nos quadros do Gabinete Literário e seus efeitos no cotidiano cultural goiano. Isso implicou

a aquisição de novas linguagens por meio de novos comportamentos, novas vestimentas, enfim, novas atuações no social.

Dentre as ações significativas, das novas linguagens adotadas pela diretoria feminina, destaca a criação e publicação do jornal “Folha Goiana”, órgão do Gabinete Literário, com tiragem bimestral. O primeiro número saiu em 24/02/1930, com Maria Carlota Guedes como redatora e Genezy de Castro como diretora. O jornal destinava-se a publicar informações sobre as atividades do Gabinete, junto a poesias, crônicas, textos de conferências e palestras literárias, e ainda uma seção infantil com concursos e divertimentos para as crianças. Não há como negar que a adoção desta linguagem escrita, ao implicar novas formas de significação no ambiente social e intelectual goiano, reverberou nas percepções que muitos homens e mulheres tinham da realidade.

Uma das novas práticas sócio-culturais adotadas pelas elites intelectuais e artísticas goianas acarreta a inserção e atuação das mulheres nas lutas culturais, sociais e políticas do seu tempo como a conquista dos direitos políticos. Nesse período, em 1931, fundou-se a “Federação Goyana pelo Progresso Feminino”, com propostas sobre a emancipação política das mulheres.

Assim, o Gabinete Literário foi palco de encontros intelectuais, artísticos, literários e também políticos. A designação “político” aqui é pertinente, pois implicava uma nova participação no social, não restrita a casa e à Igreja e nem totalmente afogadas no sistema patriarcal, misógino e excludente.

### **Políticas feministas: a “Federação Goyana pelo Progresso Feminino” e a emancipação das mulheres**

Um dos desdobramentos significativos desta ampliação dos espaços de atuação das mulheres foi, sem dúvida, a luta pelo voto feminino. Esta conquista finalizou-se no Brasil no ano de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas. No entanto, foi precedida por reivindicações e atuações das mulheres em movimentos sociais do começo do século XX, cujas batalhas em várias frentes na década de 1920, “permitiu” algumas mulheres pertencentes às camadas privilegiadas da sociedade angariar seus direitos políticos, como as senhoras Almerinda Arantes e Benedita Chaves Roriz. No arquivo do Gabinete Literário Goiano, na Cidade de Goiás, encontramos uma quantidade

expressiva de vestígios/documentação sobre tais acontecimentos, que nos permitiu apresentar este estudo.

Fundada em 7 de maio de 1931, a “Federação Goyana pelo Progresso Feminino”, em sua ata inaugural, propunha às associadas:

- 1º. – Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina;
- 2º. – Proteger as mães e a infância;
- 3º. – Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
- 4º. – Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-las na escolha de uma profissão;
- 5º. – Estimular a sociabilidade e a cooperação entre as mulheres e estimulá-las para as questões sociais e de alcance público;
- 6º. – Assegurar à mulher os direitos políticos que a futura constituição lhe conferir e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos;
- 7º. – Estreitar os laços de amizade com os diversos Estados da União.

(Documentos da Federação Goyana pelo Progresso Feminino - Gabinete Literário).

De tal modo, em seus estatutos, revelavam-se inquietações além dos direitos políticos, o que acenava para as preocupações do próprio Gabinete Literário em promover a educação e as “boas iniciativas” das mulheres. Além de instrumentalizá-las no exercício de uma profissão e da maternidade, defendiam a educação dessas mulheres, preparando-as para o “exercício inteligente” dos seus direitos. Atuavam, portanto, de forma análoga às manifestações feministas da virada do século, chamado “sufragismo”, devido às reivindicações pela extensão do direito de votar às mulheres e pela visibilidade ao lutarem contra a discriminação. Segundo Guacira Lopes Louro, no que tange o feminismo do início do século XX, de forma ampla:

Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação do movimento. (LOURO, 1997, p.15)

Ou seja, longe de estender suas reivindicações às mulheres pobres, negras, excluídas, do sistema sócio-econômico, o feminismo desse período, no geral, teria sido fortemente exclusivista. Na Cidade de Goiás, as frentes foram um pouco diferentes no que tange as propostas, vale ressaltar (e não as conquistas práticas), pois reivindicaram em prol de várias instâncias como educação, direito, maternidade, infância, sociedade, federação brasileira, para todas as mulheres. Ainda que circunscrito a um conceito essencialista de “mulher”, atrelado ao determinismo biológico e não ao sistema sócio-cultural, não reconhecendo, portanto, as diferenças “entre” as mulheres e “nas” mulheres, falavam em nome de todo o “gênero”. Mesmo que os efeitos destas lutas e conquistas não tenham chegado às mulheres pobres e negras, enfim, das camadas menos privilegiadas, reconhece-se no seu discurso a pretensão universalista e geral. Não há como negar que a identidade política “mulher” para o movimento das mulheres revelou-se importante para aquele momento, apesar da inexistência real de atendimento universal.

E não somente a identidade “mulher”, mas a constituição da identidade enquanto “feministas” também é relevante. Mesmo não sendo visivelmente denominadas como tal, existem correspondências entre as associadas do Rio de Janeiro, a “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, fundada em 9 de agosto de 1922, chefiada pela feminista Bertha Lutz e a filial goiana, chefiada por Consuelo Caiado, que ao cobrarem ações das sócias goianas, denominavam a atuação local de “movimento feminista”. Implicava, portanto, com a adoção rarefeita do termo, o reconhecimento de que as mulheres goianas não eram feministas pelo simples fato de “o serem”, mas, sobretudo, por “o fazerem”.

Trata-se, portanto, de uma “experiência” no sentido que Joan Scott lhe atribui como “um evento lingüístico”, tanto coletivo quanto individual, dotada de significações mutáveis, com o fim de constituir, por meio da linguagem, o sujeito discursivamente (SCOTT, 1999, p. 42-43). Ou seja, o sujeito não é uma instância que “possui” a experiência, mas é constituído pela experiência; o sujeito não é feminista devido ao “ser”, mas pelo “fazer”. Em outras palavras, estas mulheres goianas não eram feministas por explicitamente se auto-intitulem como tal, mas por construírem práticas feministas no social.

Não como “uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos”, mas como “conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e

relações sociais, a experiência destas mulheres na sociedade goiana, entendida como assinala Lauretis (1994, p.208) como “um complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior”, assim confirmam suas identidades como sujeitos no feminismo.

Para tornar compreensível nossa leitura, retomamos Foucault, pois para ele, os sujeitos não possuiriam uma essência, uma natureza humana *a priori*, mas seriam construídos histórica e culturalmente, nas suas práticas. Para este filósofo, somos produzidos por relações de poder. Somos “efeitos mais do que produtores. Estamos envolvidos por formas de agenciamento atravessados pelo poder e pela formação de saberes que nos instituem, codificando, classificando e supostamente explicando.... “ (RAGO, 1993, p. 127)

Desta forma, eles/elas não pré-existiriam enquanto sujeitos para depois serem inseridos(as) em relações conflituosas ou harmoniosas: eles/elas atuam no mundo, ao interagir nas relações de poder. Ou seja, a partir do estudo das suas “práticas discursivas” no interior do movimento social e político, por meio das quais “as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” ao construir termos a partir dos quais “compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta” (SPINK; MEDRADO, 2000, p. 41-45). Dessa maneira, elas se tornam sujeitos do feminismo, “cuja definição ou concepção se encontra em andamento” (LAURETIS, 1994, p. 217).

Assim, as mulheres feministas goianas reivindicaram uma “política feminista”, ou seja, práticas voltadas para a ampliação da participação das mulheres na sociedade de forma a promover rupturas no médio e longo prazo com as tradições misóginas que as relegaram aos espaços confinados do doméstico, do apolítico, do trabalho não-remunerado. Tal proposta de ruptura gradual por parte das mulheres feministas goianas fazia parte do programa de estratégias adotadas para conquistar e ampliar os espaços de participação/atuação das mulheres.

Exemplo desta proposta de ruptura gradual foi argumentação usada pelos juízes de direito de vários estados brasileiros que “concederam” o exercício do sufrágio para algumas das mulheres que o reivindicaram. Dentre as publicações do movimento, há várias posições do pensamento masculino da época, no que se refere ao direito de votar das mulheres, concretizadas nas palavras de homens de respaldado reconhecimento da época como Clóvis Beviláqua, Augusto de Lima, Levi Carneiro, Juvenal Lamartine



dentre outros. Nestas sentenças de “concessão” do alistamento eleitoral às mulheres, partia-se de um argumento base, o de que a Carta Magna republicana, de 1891, inspirada no modelo norte-americano, não excluía as mulheres do voto.

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 annos, que se alistarem na forma da lei.

§ 1º. Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para as dos estados;

1º. Os mendigos;

2º. Os analfabetos;

3º. As praças de pret, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º. Os religiosos de ordem monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitos a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual. (CONSTITUIÇÃO, 1891)

Como podemos perceber, a justificativa utilizada em prol do voto feminino com base nos artigos da Constituição é pertinente no que tange a questão. As mulheres não estavam incluídas na lista de exclusão do direito de votar e, mesmo assim, o termo “cidadãos”, como muito argumentavam, era uma convenção gramatical. O sr. Clóvis Esselin, responsável pela concessão de alistamento eleitoral da sra. Benedita Chaves Roriz, em Santa Luzia, refere-se em sua sentença sobre o vocábulo “cidadão”: “A expressão cidadão brasileiro, usada na Constituição, refere-se, indistinctamente a *homens e mulheres*”<sup>3</sup>. Portanto, a inclusão das mulheres no campo dos seus direitos políticos não se daria necessariamente a partir de um confronto com o texto legal, pois, na própria Constituição não havia uma clara privação das mulheres dos direitos de votar e ser votadas. Teriam elas que enfrentar a sociedade misógina e excludente que objetivava ser moderna e comparada aos “países adiantados”, como o próprio dr. Esselin reconhecia:

---

<sup>3</sup> Trecho citado na Sentença do Dr. Clóvis Esselin, juiz de Direito de Santa Luzia, Goyaz, em 28 de outubro de 1928. Documentos do Gabinete Literário.

Já desapareceu o tempo em que a mulher nenhum direito se reconhecia; (...). Com os progressos da civilização, com a influência desta em todas as nações, em todos os povos, com a evolução natural porque foi passado a humanidade, a mulher pouco a pouco, também, foi conquistando os seus direitos postergados e não reconhecidos. Hoje, nos nossos dias, quem observa, vê, claramente, que a tendência geral é para a igualdade dos direitos. (Documento do Gabinete Literário, 1928).

Era, portanto, a própria sociedade, aqui representada pelas suas elites, que havia percebido, representado e valorizado suas características sexuais como diferenciadas e politicamente hierarquizadas ao excluir as mulheres, na prática, de uma forma de participação no social, por meio dos direitos políticos. Trata-se de uma maneira *generizada*, atravessada por convenções de gênero, que a sociedade lidava com a questão, separando e marginalizando. Foram necessários os esforços feministas destas mulheres goianas, no sentido de ampliarem o seu espaço de atuação no social, bem como a percepção à nível da linguagem – referente ao conceito de “cidadão” na Constituição Federal de 1891 – pelos juristas da época, para que as mulheres pudessem ter seus direitos políticos e provocassem rachaduras na cultura patriarcal e misógina daquela região. Pois, foi esta cultura que excluiu as mulheres do direito de votar e não a Carta Magna. Somente com a “política feminista”, enquanto uma forma de participação no social pelas mulheres, que elas conquistaram os direitos políticos de votar de ser votadas.

Não há como não reconhecer que, pela linguagem adotada e os anseios feministas destas mulheres, elas defendiam causas amplas que passavam pelo “refinamento” intelectual até a sua maneira de apresentar-se na vida pública. Isso significa que o “progresso feminino” demandado acompanharia uma potencialização da participação das mulheres no social e nas ocupações tradicionalmente identificadas como masculinos. Dessa forma, é inegável que a luta feminista destas mulheres passou tanto pela sua presença no Gabinete Literário quanto pela sua atuação na “Federação Goyana pelo Progresso Feminino” que acompanhava os objetivos da organização nacional:

A ‘Federação Brasileira pelo Progresso Feminino’, destina-se a coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente a actividade social, quer na vida doméstica, quer na vida pública, intelectual e politica. (Estatuto da Federação Goyana pelo Progresso Feminino – Gabinete Literário)

Com isso, sinalizavam entender a idéia de “emancipação” das mulheres como um efeito múltiplo, ao mesmo tempo social, político, cultural, econômico. Dessa forma, não podemos deixar de considerar esta “política feminista” das mulheres goianas como uma proposta plural e dinâmica. Lutavam para serem eleitoras e elegíveis e também trabalhadoras qualificadas e “mães esclarecidas”, como fica evidente em uma carta de Bertha Lutz, datada do Rio de Janeiro de 27 de fevereiro de 1936, solicitando que uma verba para a maternidade pudesse ser usada para a “educação da mulher” para que possa ser “mãe esclarecida”. (Documentos da Federação Goyana pelo Progresso Feminino – Gabinete Literário)

Portanto, as imagens/representações da “mãe esclarecida” e do “progresso feminino” funcionavam como estratégias de convencimento para o apoio à luta, assim como meios de interlocução entre seus “destinos” impostos e suas expectativas feministas. Sinal disso, um bilhete da “Federação Goyana pelo Progresso Feminino”, que demandava o alistamento eleitoral das mulheres, continha a seguinte ordenação: “Alistae-vos eleitoras! Trabalhae unidas em prol do lar, da família e do Brasil” (Documentos da Federação Goyana pelo Progresso Feminino – Gabinete Literário)

Não há como desconsiderar que as experiências das mulheres no Gabinete Literário e suas lutas pelo direito de votar foram “políticas feministas” voltadas para alimentar o “progresso” feminino e ampliar os espaços de sociabilidade e de poder destas mulheres. Tais espaços de poder incluíam dimensões entre o público e o privado, não tão separados assim, entre o “lar” e a “tribuna”. As feministas lembravam sempre que a obtenção dos direitos políticos não rompia com as suas práticas no espaço da família, mas buscavam atualizá-las diante dos novos tempos da República.

Enfim, as mulheres goianas participaram, à sua maneira, das discussões que versavam sobre sua emancipação política, seus direitos e sua inserção como cidadã na sociedade brasileira. O arquivo do Gabinete Literário é testemunha indispensável destas “políticas feministas”, pois nele constam diversos jornais e documentos que traziam notícias de atuação e conquistas feministas até a década de 1970. Este arquivo não foi somente palco dos efeitos múltiplos da emancipação das mulheres como também é lugar de redescobertas históricas e culturais acerca das várias experiências e formas de emancipação das mulheres no passado.

## ABSTRACT

CARVALHO, Maria Meire de; SANTA'NNA, Thiago. Cultural actions and politics feminists: The “Federacy Goyana for Feminine Progress”- A Multiple Effect of Women’s Emancipation in Goiás (Centuries: XIX-XX). *Temporis[ação]*, Goiás, v. 1, nº 9, Jan/Dez 2007.

With the objective of giving visibility to a documentation written by hands and printed by the “Federacy Goyana for Feminine Progress”, that belongs to the Archive of The Literary Cabinet of Goiás City, this article considers, inside of its limits, to make an interpretative reading of women’s activities in that space. The documentary quantity found there, is relevant for discussions that refer to: History of Goiás, Goiano Feminism and conquests of the women’s politic rights. To attempt for these experiences, implies to explore fields of the language, as also practical and cultural representations that show the multiple performances of the women in the historical process.

**Keywords:** Gender, Culture, Politics, Goiás and Language.

## FONTES DOCUMENTAIS:

*Código Civil (Lei n. 3.071, de 1º. de Janeiro de 1916)* – org. textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira – 41ª. Ed. – São Paulo: Saraiva, 1991. (Legislação Brasileira). (Biblioteca da Universidade Federal de Goiás/Ufg).

*Constituição de 1891.* (Biblioteca da Universidade Federal de Goiás/Ufg).

*Documentação Avulsa da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.* (Arquivo do Gabinete Literário – Cidade de Goiás).

*Estatuto do Gabinete Literário.* (Arquivo do Gabinete Literário – Cidade de Goiás).

*Estatutos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.* (Arquivo do Gabinete Literário – Cidade de Goiás).

*Sentença do Dr. Clóvis Esselin, juiz de Direito de Santa Luzia, Goyaz, em 28 de outubro de 1928.* (Arquivo do Gabinete Literário – Cidade de Goiás).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás.* Goiânia: Editora Cegraf/UFG, 1991. (Coleção Documentos Goianos, n. 21).

LAURETIS, Teresa de. Tecnologias do Gênero. (Tradução de Suzana Funck). In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura.* Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.* 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MORAES, Maria Augusta Sant’Anna. *História de uma oligarquia: os Bulhões.* Goiânia, Oriente, 1974.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O Império, o piano e o ensino da “miserável música” em Minas Gerais do século XIX. In: COSTA, Cléria Botelho & MACHADO, Maria Salete Kern (orgs.). *Imaginário e história.* Brasília: Paralelo, 1999.

ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso.* Princípios & Procedimentos. 4ª. ed Campinas, SP: Pontes, 2002.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *História de Goiás.* 6ª. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural.* Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. *Revista Resgate.* São Paulo: Centro de Memória de Unicamp, 1993.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 10, 1982.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. (Tradução de Regina Regis Junqueira). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SANT'ANNA, Thiago. *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas. (1870-1888)* (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SCOTT, Joan. "Experiência". In: SILVA, Alcione Leite da e outras (orgs). *Falas de Gênero*. Teorias, análises, leituras. Florianópolis: ed. das Mulheres, 1999.

SPINK, Mary J. & MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológico para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary J. (org.) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo, Cortês, 2000.